

ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-8-2019.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mendes Ribeiro, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Bernadete Senna, Cassio Trogildo, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 038/19 (Processo nº 0074/19), de autoria de Aldacir Oliboni e Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 151/19 (Processo nº 0322/19), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 165/19 (Processo nº 0360/19), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/19 (Processo nº 0300/19), de autoria de Mauro Pinheiro. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 805, 806 e 807/19, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, Vetos Totais ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/18 e ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/19 e Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/18 (Processos nºs 1254/18, 0046/19 e 1038/18, respectivamente). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Vitor Hugo Borowski Castilhos, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, que se pronunciou acerca do histórico e da situação atual da instituição. Em continuidade, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e um minutos às quatorze horas e quarenta e três minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Roberto Robaina, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni e Cassio Trogildo. Na oportunidade, foi promulgada a Emenda à Lei Orgânica nº 46 (Processo nº 0288/19). Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro e Lourdes Sprenger. Em prosseguimento, foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando avaliação quanto à aplicação do Precedente Legislativo nº 03 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 217/15 (Processo nº 2170/15). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 085, 134 e 137/19. Às quinze horas e trinta minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro e Mônica Leal e

secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Porto Alegre, que tratará do histórico e situação atual da instituição. O Sr. Vitor Hugo Borowski Castilhos, presidente da APAE, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. VITOR HUGO BOROWSKI CASTILHOS: Muito obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente o cumprimento e aos demais integrantes da Mesa e a todos os vereadores e vereadoras desta legislatura e, em especial, aqueles aqui presentes.

Fomos incumbidos, neste espaço de tempo, de trazer alguma mensagem da nossa instituição. A APAE circula pelo meio porto-alegrense já há mais de 50 anos. Somos uma entidade de direito privado e, por conseguinte, labutamos, ao longo desse tempo, dentro dos regimes tributários e fiscais pertinentes a essa situação. Daqui a exatamente sete dias, no próximo dia 22 de agosto, estaremos completando 57 anos de existência. Estamos inseridos dentro de um movimento que denominamos de Movimento Apaeano, que congrega, em termos estaduais, 205 unidades de APAEs espalhadas pelos mais diversos municípios, e quase 2.200 unidades de APAEs pelo território nacional. Todas as APAEs do Rio Grande do Sul são vinculadas a uma federação estadual, e esta federação, a uma federação nacional junto com as demais federações estaduais espalhadas pelo Brasil. Do ponto de vista de organização estrutural, nós dispomos, basicamente, de quatro ambientes físicos. O primeiro, por uma questão de proximidade, fica onde está instalada a nossa sede administrativa, na Rua Uruguai, nº 300, no 14º andar, no Centro Histórico. Em função das atividades que desenvolvemos, dispomos de outros dois ambientes físicos, duas escolas especiais, uma delas no bairro Glória, na Rua Gen. Jonatas Borges Fortes nº 339, há mais de 50 anos trabalhando para o bem das pessoas com deficiência intelectual e múltipla; a segunda escola fica no bairro Vila Nova, na Rua Catarino Andreatta nº 80, bem em frente ao Hospital Vila Nova, essa com um pouco mais de 30 anos de existência. Somos, ao todo, em números redondos, 120 colaboradores, todos eles celetistas e das mais diversas profissões, passando por pedagogo, psicopedagogo, educador social, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, assistente social e, claro, os funcionários administrativos, que, também, têm o seu papel de importância dentro da instituição. Atendemos, nas duas escolas, 410 alunos, sejam vinculados ao processo de ensino fundamental, seja através de ciclos ou de EJAs. Também, oferecemos trabalhos terapêuticos, programas que possam propiciar aos alunos o seu desenvolvimento, alguma atividade, sempre que possível, com uma visão de colocação no mercado de

trabalho. Diferentemente de algumas entidades e até do próprio Município, os nossos alunos ou assistidos não ficam vinculados a faixas etárias, basta que o sujeito de direito inspire, pela primeira vez e tenha identificada a sua dificuldade ou a sua deficiência, e ele passa a ser motivo do nosso trabalho, o qual vai até a sua longevidade. Hoje, temos alunos com mais de 70 anos de idade que frequentam os nossos programas nos turnos da tarde. Quanto ao aspecto de regulamentação, em função até do marco regulatório instituído em 2009, a Lei nº 13.019, somos considerados uma entidade preponderantemente de assistência social, ainda que tenhamos ênfase operacional e econômica na área da educação, porque esse é o nosso histórico e isso faz com que tenhamos as duas escolas para oferecer esse trabalho e esse serviço à sociedade. Para que vocês tenham conhecimento e informação, se tratarmos nossas origens de receitas em grandes números, eu as divido em dois grandes campos de 50% para cada lado: 50% da receita bruta advém de termos de colaboração e termos com os órgãos públicos, seja da esfera municipal ou estadual. Na esfera municipal, através de convênios e termos de colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, a SMED, e na área de assistência social, com a FASC. Na esfera estadual, em função do senso educacional, também temos uma relação com a Seduc. Eu diria que, se tivéssemos que resumir algumas das nossas principais necessidades no momento, além do eterno cuidado e atenção no princípio de gestão, já que não dá mais para brincar com gerir uma instituição com porte igual ao nosso contando com 120 colaboradores, apontaria como necessidade o oportuno olhar no sentido de reavaliar os valores individuais que hoje permeiam nossos contratos e termos de colaboração com órgãos públicos. Então trago essa mensagem aos senhores porque é desta origem, desta fonte, que estará assegurada a qualidade dos serviços que sempre prestamos. Não só a qualidade, mas a intensidade também, porque a gente quer, cada vez mais se percebe isso, de que o educando assistido a cada passo que ele dá positivo, no sentido do seu desenvolvimento, ele está pedindo algo mais, uma adição, um serviço complementar, e é importante que os recursos estejam à altura de atender essas necessidades. O segundo apontamento que eu trago aos senhores, e aí como aqui estamos na Casa do Povo do Município de Porto Alegre, é daqui que saem e são direcionadas as ansiedades da comunidade, destaco, chamo a atenção para a diminuição – não sei se essa seria a melhor palavra, mas é o que me ocorre agora – com relação à burocracia de acesso aos recursos do CMDCA do Funcriança. Hoje, todos nós sabemos que as pessoas físicas e jurídicas na hora do ajuste na sua declaração de renda, a cada ano, podem direcionar percentuais do seu imposto devido para esse fundo, esse fundo, digamos assim, já vai carimbado, porque o contribuinte, o doador, ele já destina, ele pode destinar para quem ele quiser que vá aquela parcela do seu imposto devido. E sabemos que, tanto como outras instituições, a APAE está lá relacionada, e esses valores poderiam, deveriam, solicitamos que sejam mais facilmente acessados pelas instituições. É uma forma de podermos, além das receitas ordinárias, trazer melhores condições de serviços a serem ofertados aos nossos alunos e assistidos. Uma outra e terceira solicitação que eu faço nesse aspecto é de que possamos obter, contar com o apoio desta Casa, por exemplo, no que diz respeito às nossas ações de calendários promocionais. Há necessidade, se faz necessário, que desenvolvamos atividades

complementares para suprir as nossas necessidades. Isso parece ser perene, jamais acabará. Então ações, como o nosso jantar de aniversário, que acontece agora no dia 23 de agosto, bem como a caminhada solidária que está programada para o dia 29 de setembro, na Orla do Gasômetro, possam ter dos senhores e da comunidade o apoio, a ajuda, a colaboração, porque para nós isso é essência, é fundamental, nos dá fôlego para fazermos frente àquilo que necessitamos e que os nossos alunos precisam. Para finalizar, quero dizer, em nome dos nossos alunos assistidos, mais de 410, dos nossos profissionais, da diretoria, que eu ressalto para os senhores – sei que é de conhecimento de muita gente – que são pessoas voluntárias, sem remuneração, e fazem isso ou porque têm alguma identificação bastante grande com a causa, ou porque convivem, de alguma maneira, com a deficiência intelectual múltipla seja na família, seja em amigos ou conhecidos, a prova está que a associação é de pais e amigos, em nome dessa gente toda, eu agradeço esse espaço e espero que algo fique de positivo. Um agradecimento, desde já, a tudo aquilo que vocês, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, possam fazer pela deficiência intelectual e múltipla. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. Presidente Vitor Hugo Castilhos, parabéns pelo trabalho, eu acho que as imagens que nos foram passadas – e sem dúvida também pela TVCâmara – mostram esse trabalho maravilhoso que vocês fazem. Contem com esta Casa, nos comuniquem, no meu gabinete, no gabinete dos vereadores, sobre os eventos. Podemos fazer uma visita, conhecer *in loco* esse trabalho maravilhoso que vocês fazem. É um trabalho muito difícil, mas eu tenho certeza de que deixa vocês cheios de orgulho e com o coração enorme. Nós só temos que agradecer e ficar à disposição dos senhores e das senhoras que comandam essa maravilhosa instituição que deve ser, sim, amparada. Agora aqui na Casa nós votamos as emendas impositivas, e alguns às vezes nos criticaram, mas são impositivas porque nós vamos dar para o bem da cidade! Antes nós colocávamos no orçamento e não recebíamos, as comunidades não recebiam, e nós somos representantes das comunidades, são 36 vereadores. Então, o que parece feio, presidente Vitor Hugo, vai ser muito bonito. Não dá para comparar umas emendas do parlamentar da Câmara Federal, que entrega lá no interior, mas ele não é daquela cidade, ele não tem essa raiz. Também recebe, mas, naturalmente, nós somos daqui, não passamos emendas para Cachoeirinha, para Gravataí, nós temos que fazer na nossa cidade. As comunidades nos cobram, o presidente sabe, todo mundo sabe, todos os dias: “Mas como vocês não têm como conversar com o prefeito? Como vocês não solicitam, não colocam na LDO, no orçamento do ano que vem?”. Não, a gente coloca, só que não tem a imposição de o prefeito realizar. O que acontece? Ele dá para quem ele quer, dá para os amigos do rei. Assim não, as emendas impositivas são de todos, mas para a sociedade. Aquele que,

porventura, desvirtuar, vai aparecer, e esse tem que ser sacrificado, não o bem comum de todos. Então, eu acredito que, se bem colocadas, essas emendas impositivas podem ser muito boas para a sociedade, para o serviço público, para a iniciativa privada. Em nome da bancada, eu desejo que continuem esse trabalho maravilhoso. Contem com a gente aqui na Câmara! Obrigado pela sua presença aqui.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Pablo, distinto visitante Vitor Hugo, da APAE, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – em meu nome e em nome dos vereadores Oliboni, Sgarbossa e Comassetto – quero dizer que nós temos dito da tribuna que precisaríamos, imediatamente, por baixo, ter uma reposição em torno de 10% de todas as verbas, sejam oriundas da SMED, sejam oriundas da FASC. Não me parece muito correta essa questão de que a escolha é apenas social de uma APAE. APAE é saúde, é social, é educativa. Nós temos o marco regulatório, e sabemos a importância que ele teve para nós naquele momento, mas ele precisa ser implementado no seu todo, e nós estamos aqui para fazer esse tipo de ação concreta com base na legislação federal e na nossa legislação estadual.

Quero dizer que seria importante que a gente pudesse fazer chegar a sua fala à Prefeitura. Por isso, eu quero, de pronto, fazer um requerimento ao digno presidente desta sessão: que as notas taquigráficas com as falas, especialmente do senhor, sejam enviadas à FASC, à Secretaria de Saúde, à Secretaria de Educação, e ao Gabinete do Sr. Prefeito Municipal. Este é o meu requerimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Em nome da minha bancada, dos vereadores Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, André Carús, e do Presidente em exercício, Mendes Ribeiro, queremos cumprimentar o trabalho reconhecido da APAE, estendido a outros municípios também, para pessoas tão especiais, e que muitas vezes os familiares não teriam condição de dar o atendimento, tanto como fisioterapia, educação. Então, não poderíamos deixar de cumprimentá-los, porque, pela credibilidade dessa entidade que eu tive aproximação, quando estive na Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, com o Nota Fiscal Gaúcha. Aí eu vi a extensão, onde vocês vão, e a prestação de contas sempre quando vocês utilizam os recursos. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Lourdes. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, presidente Vitor Hugo, em nome da bancada do PSD, quero parabenizá-lo pelo trabalho da APAE. Sabemos que a APAE ainda engatinha, porque é uma das poucas instituições que atende pessoas com deficiência acima de 21 anos. Isso é de extrema importância e necessidade, porque as crianças ficam desassistidas depois dessa idade, e é de extrema importância e necessidade que isso seja modificado com o tempo. Então, eu quero disponibilizar o meu gabinete, sala 209, Bancada do PSD para toda e qualquer necessidade que a APAE venha a ter com relação à deficiência, pois eu trabalho com isso também, há oito anos faço um trabalho social onde a deficiência faz parte do nosso dia a dia. A gente sabe das necessidades e das buscas de vocês em prol de melhorias. Então, está disponível o nosso gabinete para quaisquer necessidades da entidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Cláudia. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mendes. Senhor Vitor Hugo, parabéns pela sua fala, pela sua disposição em vir aqui à Câmara de Vereadores trazer informações e ilustrar esse rico trabalho que vocês desenvolvem. Eu falo em nome do Prof. Alex Fraga, da Ver.^a Karen, em nome da Bancada do PSOL para dizer que vocês podem contar conosco. Nós sabemos que, infelizmente, o poder público faz muito menos do que a sua obrigação, isso acaba carregando nas costas de entidades privadas que fazem o trabalho como vocês realizam, um trabalho de solidariedade, um trabalho de ação social fundamental. Para nós, esse tipo de ação é muito cara porque vocês trabalham para amenizar os problemas das pessoas mais desassistidas. Então, contem conosco, com a bancada do PSOL, comigo, com o Ver. Prof. Alex Fraga, com a Ver.^a Karen, para que vocês possam ter também, na bancada do PSOL, um amigo para poder desenvolver o trabalho de vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Roberto Robaina. Quero cumprimentar o presidente da APAE, dizer que me somo às palavras dos vereadores de vários partidos, todos em prol da Associação. Um trabalho exemplar, bonito, que ajuda aquelas pessoas que menos têm condições e que precisa, sim, necessita de um olhar extremamente atencioso a esta entidade. É uma pena, como falou o Ver. Cassiá Carpes das emendas individuais, parlamentares, infelizmente proibiram que se repasse às entidades como a APAE as emendas federais, o que, na minha

opinião, é um absurdo, pela relevância e importância que as associações têm nos seus municípios. Parabéns pelo trabalho, pela fala. Em nome dos 36 vereadores, conte com esta Casa para auxiliar e ajudar e fortalecer esse trabalho tão bonito para a cidade de Porto Alegre. Leve o abraço dos vereadores e siga firme e forte nesse trabalho.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h41min.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 14h43min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, esta solicitação faço em meu nome e do Ver. Valter Nagelstein, para que o período de Grande Expediente seja transferido para a próxima sessão.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Pablo, colegas Vereadores e Vereadoras, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Oliboni, Ver. Comassetto, Ver. Sgarbossa e eu, Adeli Sell -, nós queremos aqui colocar algumas preocupações acerca do que se passa em nossa cidade. Nós temos recebido aqui inúmeras demandas, que vão desde a não aplicação, Ver. Comassetto, da Lei do Mobiliário Urbano aprovada por esta Casa, que é uma lei bem articulada, não necessita de qualquer regulamentação, porque parte dela, o prefeito já colocou em andamento com a licitação dos relógios. Mas o prefeito escolhe da lei o que ele quer fazer. Ele não pode fazer isso! O prefeito não está dando, está proibindo de dar alvarás para pessoas que têm bancas legalizadas, Ver. Prof. Alex Fraga, de frutas, hortifrúti, mas deixa o Centro ser tomado por ilegalidades. Está quebrando aqueles que estão na licitude, está dando Toddy e bolachinhas para as ilegalidades, esse é o prefeito municipal.

Não bastasse isso, ele não cumpre com a Lei Geral dos Táxis. Ou melhor, ele cumpre com aquilo que lhe interessa: cobrar o que tem que cobrar dos taxistas, mas, na questão da Lei Geral que coloca o tema do autorizativo, ele não cumpre em nada a legislação. É o prefeito das ilegalidades, da incompetência e das coisas que não são feitas na cidade. Eu quero fazer uma referência aos serviços da capital. Bocas de lobo, nós já sabemos o que aconteceu no passado, mas isso é passado, agora é o presente: continuam entupidas, continuam sem um serviço adequado. Ver. Oliboni, faltam médicos, profissionais da saúde nos postos de saúde. Qual é o retorno que nós temos? Falta de médicos, não tem horários, descumprimento de normas mínimas na área da saúde. Há pouco aqui tivemos a representação da APAE, colocando a necessidade de recursos. Nós já dissemos que o mínimo que poderia ser feito imediatamente para

normalizar esse serviço e ser minimamente adequado seria um aumento de 10% nos repasses. Que situação nós temos hoje no serviço de assistência social? Foram prometidos mundos e fundos no início deste ano, que tudo iria mudar, que a FASC ia funcionar, que as praças esportivas iam voltar a ser como eram no tempo do Bosco, e alguns me disseram nos bastidores que seria melhor. Vão às praças, vão às praças para ver o abandono, vão verificar como é que anda o serviço de esporte na cidade. Ah, Bosco, João Bosco Vaz, saudades de seu tempo na Secretaria! Como era bom, a gente tinha esportes, tinha futebol de várzea, tinha assistência, tinha diálogo. Havia democracia. Todos os que se tornam autoritários, mesmo eleitos democraticamente, eles começam a escolher inimigos. O prefeito escolheu inimigos: a Câmara Municipal. Chamou os vereadores de cagões, bundas-mole, seja lá o que for. Não, aqui não tem esse tipo de coisa; aqui tem gente valorosa, que tem voto da cidade, que tem relação com a cidade. E vamos continuar dizendo que não somos inimigos do prefeito, muito menos da prefeitura, e que somos os verdadeiros amigos da cidade. Esta é a verdade. Eu tenho pregado aqui a tolerância mútua, coisa que não vejo muito com alguns ataques que são feitos. Alguns vereadores vêm aqui e fazem firulas, dizem, elogiam, etc. e tal, mas por trás, nos bastidores, nas reuniões e na periferia, metem o pau. Não é assim que se faz política. Aqui, vendo na minha frente o Ver. Toninho do Táxi, refiro a Lei Geral dos Táxis, que não está sendo cumprida; era para ter tido uma resposta no dia 25 de julho, nós já estamos no dia 15 de agosto, e queremos ter do Sr. Juliano Heinen, procurador do Município, que estava aqui na reunião, uma resposta. Essas são as perguntas, Vereadores Oliboni, Comassetto, Sgarbossa, que eu faço em nome da nossa bancada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Mendes Ribeiro, presidindo os trabalhos; vereadoras e vereadores; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Quero falar um pouco das coisas boas que têm acontecido na cidade. Ao contrário do que comentou o Ver. Adeli Sell, que só acha problemas na cidade, e coisas ruins, há muitas coisas importantes e interessantes acontecendo na cidade de Porto Alegre. Uma delas é a modernização da cidade, porque, ontem, no transporte coletivo, nós tivemos um dia histórico para a cidade de Porto Alegre. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre regulamentou, através de um decreto municipal, o sistema de GPS nos ônibus de Porto Alegre. Por meio de um aplicativo no celular, o TRI, nós temos possibilidade de visualizar as linhas de ônibus, o tempo de espera, quanto tempo vai levar o ônibus para chegar à parada, melhorando a segurança das pessoas. Também dá para entender melhor como vamos chegar ao destino. Temos falhas, sim, no transporte público! Fui ver como eu chegaria na minha casa de ônibus e

vi que teria que pegar três ônibus! Vejo pelo aplicativo que na nossa parada de ônibus aqui na frente da Câmara há várias linhas de ônibus que passam, e podemos saber o tempo de espera dos veículos e como chegaremos ao destino. Então é um avanço importante para Porto Alegre, Ver. Wambert. Além disso, podemos ver as características do veículo que está chegando, como se há acessibilidade nesse transporte, não precisamos ir para a parada esperar. Importante também é que dá para ver se o ônibus tem ou não ar condicionado. O sistema de GPS que teve seu início ontem estará em cem por cento dos ônibus da capital. Nessa área de inovação tecnológica, eu tenho utilizado o #EuFaçoPOA, fiz dois pedidos que foram atendidos. Esse sistema tem um aplicativo para ser baixado no celular, o #EuFaçoPOA tem vários serviços que a gente pode solicitar, como: detetive cidadão, construa POA, saúde, mobilidade, social, segurança, serviço, cultura, educação. Eu já utilizei para pedido de três serviços: um do DMAE, fui atendido; um para retirada de uma árvore na rua, também fui atendido; e fiz um de tapa buraco, que a gente sabe que a cidade tem bastante problema ainda, mas estão sendo resolvidos, e esse não foi atendido ainda, mas recebi uma previsão por *e-mail* dizendo o prazo que será feito. Então é uma ferramenta interessante, muito rápido de fazer, seleciona serviços: se for água e esgoto, seleciona água e esgoto; se o problema é falta de água, esgoto com problema, qualidade da água, vazamento de água, foi o que fiz; seleciona onde, automaticamente vai pegar a localização, bate uma foto, envia e a Prefeitura Municipal já sabe o que está acontecendo. Também quero falar do aplicativo que está no #EuFaçoPOA que é o detetive cidadão, na qual Porto Alegre, a partir de julho, já teve a recuperação de 16 veículos. Através do detetive cidadão, bate-se uma foto da placa do veículo, o veículo é localizado, se for um veículo roubado, furtado, vai dizer ali, e a Prefeitura, a partir de uma parceria com a Guarda Municipal, a segurança pública, a Brigada Militar, a Polícia Civil, vai identificar. Já foram recuperados 16 veículos, inclusive foi recuperada uma camioneta S10, nesse final de semana, no Ipê São Borja, no bairro Sarandi, que foi através do detetive cidadão.

Então é Porto Alegre modernizando, melhorando, e só temos que enaltecer este trabalho da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ao contrário daqueles que só veem coisas ruins na cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha nossa sessão, há pouco o nobre líder do governo falou aqui que Porto Alegre também não tem só coisas ruins, tem coisas boas. Mas para o olhar da população aparece muito mais coisas ruins, não é mesmo, porque elas são muitas, são muitas mesmo! Qual é a marca do governo Marchezan em Porto

Alegre? É o abandono da cidade ou a roda gigante que ele quer construir aqui na orla do Guaíba? Qual é marca do governo Marchezan? Eu diria que negativas são muitas, posso citar aqui algumas delas. O que ele apresentou de novo na área da educação? Nada! Na área da educação infantil? Nada! Pelo contrário, perseguiu os servidores públicos e tirou direitos conquistados ao longo de uma década. O que ele conseguiu de avanço na área da saúde? Alguns CAPs; o restante, nada! Os serviços novos que foram implementados não foram do poder público, foram da iniciativa privada, conveniada ao poder público, como o Hospital Santa Ana, por exemplo. O que ele apresentou ainda na área da saúde? Ele quer terceirizar, abrir concessões e privatizar. Queria privatizar o HPS, a gestão do HPS, queria terceirizar ou abrir concessão nos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro – perdeu na justiça. Perdeu na justiça porque ele queria entregar para organizações sociais, experiência que não deu certo em Porto Alegre com a vinda do Instituto Sollus no Programa de Saúde da Família. Foram uns caloteiros, roubaram, tiveram que devolver R\$ 11 milhões, Ver. Engº Comassetto. Mas queria entregar de novo a gestão da saúde para essas organizações sociais que não têm credibilidade nenhuma – ao menos foi o que demonstraram até agora. Olha o que acontece na FASC agora: o desmonte do serviço social na nossa cidade, o desmonte de abrigos, cuja política social em Porto Alegre... Até há pouco tempo tinha um restaurante popular: fecharam! Parece que é só dar alimento para os moradores de rua, não há nenhuma política de inserção social destas pessoas para o futuro; pelo contrário, demissão de servidores, perseguição de servidores, assédio moral, e mais do que isso, a terceirização do dia para noite. Não se sabe no dia seguinte qual é o abrigo que foi terceirizado. Os trabalhadores estão em pânico. Acorda, prefeito municipal, tem muita coisa ruim, mesmo! Não é por acaso que a rejeição do atual prefeito ultrapassa os 70%. Mas ele quer ser candidato novamente. Óbvio, tem esse direito, vai facilitar o campo da esquerda ganhar a eleição, porque se percebeu claramente da população de Porto Alegre que não dá para eleger pessoas dessa natureza, que vendem o que é público, entregam para o privado, e o privado quer ter lucro. Qualquer leigo na política percebe isso. Agora querem vender parte do DMAE, sinalizou ali atrás que ia vender, deu uma segurada, em função do movimento. Inclusive, o próprio PP, o Dib é radicalmente contra, foi feito um movimento muito pontual pela Frente Parlamentar aqui na Casa, presidida pelo Ver. Mauro Zacher. Não tem muita coisa positiva, o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, disse aqui que a implementação do GPS é uma coisa muito boa para aqueles que estão pegando o ônibus hoje. Quanto por cento da população não pega mais ônibus hoje porque se tornou caro demais? Tornou-se caro demais, eles usam porque são trabalhadores e ganham vale-transporte, mas quem paga em dinheiro são muito poucos. Aí falam que são muitas as isenções, mas foram tiradas muitas delas, inclusive dos idosos de 60-65 anos, por projeto de lei aqui da Casa. Então, o governo Marchezan precisa dizer a que veio. Acorda, prefeito! Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.ª Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a promulgação da Emenda à Lei Orgânica nº 046, de 14 de agosto de 2019, das Emendas Impositivas.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha na TVCâmara e também nas galerias, a nossa Presidente cumpriu, Ver. Aldacir Oliboni, mais um ato formal nesta tarde, que foi a promulgação da emenda à Lei Orgânica, que agora se torna lei junto à nossa Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, introduzindo, então, Ver.^a Cláudia, as chamadas emendas impositivas, Ver. Hamilton, fruto de um intenso debate nesta Casa, Ver.^a Lourdes Sprenger. Qualquer emenda à Lei Orgânica, Ver.^a Bernadete, precisa de duas sessões de discussão, duas sessões de votação, com aprovação de pelo menos 24 vereadores desta Casa, ou seja, 2/3 dos vereadores. Então, não é nada simples; as emendas à Lei Orgânica, Presidente, só acontecem nesta Casa quando majoritariamente há o entendimento de que realmente irão contribuir para a cidade de Porto Alegre.

Nós tivemos o 1º turno desta votação antes do recesso parlamentar, quando 27 vereadores aprovaram em 1º turno esta emenda, e, na primeira sessão em que tivemos Ordem do Dia, após o recesso, no dia 5 de agosto, tivemos, então, a aprovação em 2º turno. É uma medida que está nada mais, nada menos do que recepcionando uma medida que já foi introduzida na Constituição Federal em 2015. Aliás, na Constituição Federal, o Congresso Nacional aprovou que 1,2% da receita corrente líquida da União serão de emendas impositivas, e agora, recentemente, o Congresso aprovou mais 1% da corrente receita líquida para as emendas de bancada. Aqui em Porto Alegre, o conjunto dos vereadores fizemos a opção de estabelecer 0,65% da receita corrente líquida, valor que, em números do ano passado, dará algo em torno de R\$ 37 milhões, valor inferior ao que a Câmara economizou e devolveu no ano passado para o Executivo Municipal. Sou daqueles que entendem que todo o orçamento deveria ser de execução obrigatória. Todos os anos aqui nós aprovamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, Ver. João Bosco Vaz. E a cada quatro anos, no primeiro ano de cada legislatura, também aprovamos o Plano Plurianual, que são verdadeiras peças de ficção. E não é só em Porto Alegre, na verdade, os Executivos, pelo Brasil inteiro, não têm a obrigação de cumprir aquilo que é aprovado nas leis orçamentárias, porque as leis orçamentárias, Ver. Comassetto, são autorizativas. O que nós fizemos aqui, no nosso entendimento, foi qualificar uma pequena parcela do orçamento, tornando-o de execução obrigatória, dentro do regramento que estabelece a própria Constituição; as emendas têm que ser propostas em ações, em programas que tenham previsão no Plano Plurianual e também que tenham previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias. As emendas vão ser direcionadas às secretarias e só poderão ser executadas por quem – só poderá receber emenda parlamentar – é executor do orçamento público. Esses dias me perguntaram se uma escola de samba vai poder receber recursos. Não, a escola de samba não pode receber, Ver. João Bosco Vaz, mas a Secretaria de Cultura pode, sim, ter destinação de recursos para fazer o carnaval. Como também uma creche

comunitária, Ver.^a Cláudia, que não é pública, não é estatal, mas é executora do orçamento público, porque é conveniada, pode também, através de uma emenda direcionada à Secretaria de Educação, receber o recurso lá na ponta, e terá que prestar contas, como faz a prestação de contas, todo o mês, dos recursos que recebe do convênio da qual já é executora. Então, para completar, Presidente, e para tornar público que agora está emendado na Lei Orgânica do Município, como é um projeto de lei à Lei Orgânica e é a Presidente do Parlamento que faz a promulgação, nós então teremos, a partir deste momento, constituído, dentro da nossa Lei Orgânica, esta possibilidade que eu entendo que vem qualificar o orçamento público. Se ouviu falar por aí em toma lá dá cá. Não tem toma lá dá cá em emenda impositiva. Por quê? Porque é obrigatório ser executado. Então eu creio que os 36 vereadores que todos os dias estão em todos os cantos desta cidade, com certeza, vão ajudar muito a execução orçamentária nessa pequena parcela, mas que, com a contribuição de cada um dos vereadores, irá qualificar e enriquecer a execução orçamentária do Município de Porto Alegre. Muito obrigado. Fico muito feliz e realmente agradeço, presidente, que nós podemos ter essa celeridade e transformarmos essa emenda à lei orgânica em parte integrante da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e público que nos assiste, quero aproveitar esse espaço de comunicação, para fazer uma saudação especial à decisão da 3ª Vara Federal de Porto Alegre que determinou que a Prefeitura continue com as remoções das famílias que vivem na Vila Nazaré. A decisão foi proferida na noite desta quarta-feira, dia 14 de agosto, em resposta a uma ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União, pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. A ação pedia a suspensão do reassentamento das cerca de 1.300 famílias que estão localizadas lá na Vila Nazaré, o que dá, em torno de umas cinco mil pessoas.

Nós temos visto que há uma certa disputa a respeito desse reassentamento e eu sou totalmente favorável ao que esse juizado determinou. Ele disse que a gente sabe das condições daquelas pessoas que moram na Vila Nazaré. É uma situação que, em alguns lugares, não é digna de se morar. Hoje, nós temos uma oportunidade dessas famílias terem um domicílio, uma residência com dignidade. A Justiça estava, de uma certa forma, através do Ministério Público e, lamentavelmente, de alguns vereadores aqui desta Casa, contra esse reassentamento. Eu fico imaginando como uma pessoa

pode ser contra que pessoas saíam de uma situação, totalmente, vulnerável para ir para um local muito melhor e com todas as suas condições. Eu não consigo imaginar o que leva uma pessoa a tentar impedir que alguém mude a sua qualidade de vida. Não pode ser, eu vi aqui, assisti vídeos de colegas nossos - não vou nominar para não mais polêmica - indo para lá e vão sustentar que são contra a melhoria de qualidade de vida das pessoas, tentando movimentar pessoas e dizendo que vão lutar bravamente. Nós temos de lutar bravamente, como vereadores de Porto Alegre, para que as pessoas possam morar, residir num lugar melhor. Além de tudo isso, dessas pessoas irem morar num lugar com mais dignidade, um local melhor, com mais infraestrutura, também tem a questão do nosso Aeroporto Salgado Filho, que é o alongamento da pista, que é uma obra que a Fraport, através da sua concessão, tem a obrigação de fazer e que precisa que as famílias sejam realocadas, para que a gente possa, dessa forma, aumentar a pista do Aeroporto Salgado Filho, o que vai trazer mais riquezas para o Município de Porto Alegre. Hoje, nós temos uma grande dificuldade, quando temos aviões de carga, aviões grandes que não conseguem descer no nosso Aeroporto Salgado Filho porque a pista é curta, e com isso, a economia de Porto Alegre sofre, pois temos algumas cargas que têm de sair de Porto Alegre por transporte rodoviário até outros aeroportos ou portos, quanto poderiam sair por esses aviões cargueiros. Então, estamos buscando a melhor qualidade de vida dessas pessoas, além do desenvolvimento econômico da cidade de Porto Alegre. Nós temos aqui vereadores que ficam lutando e defendendo... E eu não consigo entender que quanto pior melhor para a cidade de Porto Alegre, para a vida dessas pessoas, colocando a vida dessas pessoas em risco. Não quero entrar no mérito, mas a gente sabe que ali, também, além da moradia dessas pessoas que vivem numa baixa qualidade, nós temos ali um problema com o tráfico que é muito grande naquela região da Vila Nazaré, muitas vezes impedindo até que as pessoas tenham cuidado. Tenho certeza, e não quero pensar diferente, que os vereadores não estão defendendo essas famílias com relação a criarem problemas com essa situação por causa do tráfico. Seria muito forte e eu não faria isso sem provas, mas é bastante estranho vereadores dizendo que vão lutar e vão resistir para que essas famílias que estão pedindo socorro e querem sair daquela situação vulnerável ali permaneçam. Tem vereadores ainda que são contrários ao reassentamento dessas pessoas, montando barricadas em defesa –“Nós vamos lutar bravamente” – para manter as pessoas em local não digno. Parabênizo o DEMHAB, parabênizo a decisão judicial para que essas pessoas possam ter mais dignidade e morar num lugar bem melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, pessoa através da qual saúdo os colegas vereadores, o público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, subo aqui, em primeiro lugar, também para saudar a

aprovação da medida provisória da liberdade econômica na Câmara dos Deputados. Realmente, é uma grande conquista do Brasil, um avanço que tenho a certeza e a convicção que vai dar o crescimento econômico e social que o Brasil necessita. É verdade que vai tirar, ou pelo menos diminuir, as burocracias do Estado, vai fazer com que o cidadão não necessite de alvarás, de licenciamento em atividades de médio e baixo risco, mas também com a convicção de dizer que vai diminuir muito a corrupção no país, porque o estado burocrático propicia a corrupção. O Ver. Felipe Camozzato subiu a esta tribuna exibindo algemas para mostrar o quanto o cidadão empreendedor fica amarrado com o Estado. Além de tudo o que foi dito ontem, quero enaltecer o que esta medida provisória vai proporcionar ao cidadão, ao empreendedor, o que para mim é uma das maiores atribuições e qualidade da medida provisória, que é a presunção da boa-fé do empreendedor. O Estado podendo confiar no cidadão vai fazer com que o cidadão se encoraje a empreender, a gerar renda, gerar emprego e gerar riqueza para o nosso País. Dito sobre o avanço e as qualidades que vai trazer a medida provisória da liberdade econômica para o País, Ver. Cassiá, que me ouve atentamente, eu quero também dizer aqui que respeito a opinião contrária. Tenho respeito pelo Deputado Zucco, acho que vem fazendo um grande trabalho na Assembleia desde o começo do mandato, um mandato novo, mas eu tenho o direito também de discordar. Eu aqui já subi a esta tribuna para defender a liberação de bebida alcoólica nos estádios, a importância que isso traz aos clubes, principalmente aos clubes do interior, cuja necessidade nós conhecemos, essa é uma renda importante para eles. Já vem sendo tratada e liberada, nos demais estados brasileiros, a liberação de bebida alcoólica, e o Deputado Zucco, presidente da Comissão Especial na Assembleia Legislativa, Ver. Camozzato, quer acabar também com o consumo nas dependências dos estádios. Então ali, na esplanada da Arena, onde gera emprego, gera economia para aqueles *foods trucks* que estão ali, gera emprego e também gera algo a mais para aquele cidadão que vai ver o jogo, ele quer tirar também beber nas dependências, não só dentro do estádio. Eu digo, respeito, mas eu tenho direito de discordar, de trabalhar para que nós, vereadores, façamos uma comissão, Ver. Cassiá, Ver. João Bosco Vaz, para irmos à Assembleia trabalhar a favor da liberação da bebida alcoólica nos estádios. O Ver. Camozzato já disse que eu posso contar com ele, então quero fazer esse apelo aos vereadores, que a gente possa fazer essa comissão, ir lá, trabalhar, mostrar a importância, e dizer que a bebida alcoólica não tira o cidadão que vai fazer bagunça, vai para brigar, vai para incomodar. A proibição do consumo da bebida alcoólica do Estado tira o cidadão de bem que quer, no estádio, tomar uma cervejinha, ver o jogo de futebol; este, sim, deixou de ir ao estádio de futebol para ficar em casa tomando duas cervejinhas e ficar com a família. Reitero o convite aos vereadores para que a gente faça uma comissão e vá até a Assembleia Legislativa participar dessa importante decisão que será tomada lá. Muito obrigado, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, hoje as falas do plenário estão distantes, e eu também vou trazer uma informação de fora daqui que se refere ao Congresso, que foi uma moção que a Frente Parlamentar Porto Alegre sem Maus-Tratos aos Animais organizou, mediante abaixo-assinados, para apoiarmos, como outros estados estão fazendo, o Projeto de Lei nº 134/2018, do deputado Izar, de São Paulo, que vai mudar a lei dos crimes ambientais, a Lei nº 9.605, para agravar a pena pela prática de abuso, consistente em maus-tratos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e instituir, como causa de aumento da pena do crime de maus-tratos aos animais, a prática de atos de zoofilia. Hoje, nós temos uma condenação de menor potencial ofensivo, acabam prestando serviços comunitários para crimes graves, e agora, com essa tramitação e com esse apoio nacional, poderemos levar para reclusão esses crimes bárbaros e, assim, minimizar tanto sofrimento animal que temos.

Em segundo lugar, quero falar sobre as nossas emendas impositivas, muito bem-vindas, pois poderemos aumentar o atendimento às nossas demandas, à nossa causa e a muitas outras que chegam ao nosso gabinete. Então, mais uma vez, quero parabenizar o Ver. Cassio por ter conseguido essa conquista para todos nós. Também temos que auxiliar o Município em ações dirigidas das quais nós temos pleno conhecimento, porque somos vereadores desta cidade.

O terceiro assunto é uma decisão judicial muito importante de um caso que começou lá por 2007 na cidade de Ijuí. A prefeitura desconsiderou tantas denúncias, desconsiderou descasos no atendimento aos animais; e o juiz Nasser Hatem determinou de seis meses a um ano, determinou que seja feito um centro de atendimento com base nas normas do Conselho de Medicina Veterinária para assistência aos animais. Além disso, comprovação da destinação dos animais apreendidos, comprovação do registro obrigatório de todos os cães e gatos existentes no município com microchipagem. Isso vem ao encontro da campanha que nós estamos fazendo, que é uma campanha de microchipagem solidária em Porto Alegre, porque nós entendemos que o recurso que é gasto com aqueles animais abandonados pode ser economizado mediante a identificação daquele animal que está extraviado, que foi furtado, roubado ou abandonado – assim, podem ser aplicadas as devidas multas e condenações a quem abandona. Eu fiquei muito feliz com essa decisão, que ainda tem programa de conscientização e controle reprodutivo, que é a esterilização, então, está adequado a tudo o que se busca e ainda tem coincidência com aquilo que nós estamos executando em Porto Alegre, que é mediante participação dos nossos eventos, a inscrição para a microchipagem.

E por último, nós encaminhamos a sugestão da consulta pública à Prefeitura de Porto Alegre e de acordo com a estrutura que temos na unidade de saúde de veterinária na Lomba do Pinheiro é possível, em nossas projeções, atender a 19.200 esterilizações, e 21.600 consultas mensais aos animais que são das pessoas que tem o NIS.

Convido a todos para a abertura da Frente Parlamentar pelo pacto federativo na terça-feira com um painalista renomado, que vem nos trazer subsídios sobre a situação de alterações em nível nacional, e o que repercutirá em nível municipal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que requer providências no sentido da avaliação quanto à aplicação do Precedente Legislativo nº 3, ao PLL nº 217/15, Proc. nº 2170/15, eis que o mesmo dispõe sobre matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do parecer da Procuradoria desta Casa.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0172/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a Política Municipal de Atenção, Diagnóstico e Tratamento às Pessoas com Doenças Raras no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0287/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o inc. XXXII do *caput* do art. 51 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, proibindo a colocação ou a fixação de veículos de divulgação que estimulem a misoginia, o estupro e a violência sexual, física, moral ou social contra a mulher.

PROC. Nº 0297/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Praça Fabiano Dutra o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Dois Mil, Cento e Trinta e Quatro, localizado no Bairro Farrapos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h30min.)

* * * * *